



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DA FAZENDA

**ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 2025.000125.22101.05**

**Processo nº 2025-HZPQW**

**REF.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025.**

|   |  |
|---|--|
| Empresa: <b>51.156.550BRUNO NUNES RABELO BIE</b>                        |  |
| End.: Rua Paraúna,90, Bairro Serrano, Belo horizonte/MG CEP: 30882-410. |  |
| CNPJ: 51.156.550/0001-35  | Telefone: (31) 982080503<br>E-mail: begcompany.lic@gmail.com |

Autorizamos V.S.<sup>a</sup> a fornecer os materiais adiante discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2025, Termo de Referência e à sua Proposta Comercial – Processo nº **2025-HZPQW**.

**I – DO OBJETO:**

| LOTE | ESPECIFICAÇÕES | MARCA  | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|----------------|--------|--------|-------------|-------------|
| 2    | Fone tipo P2   | LEHMOX | 300    | R\$ 9,95    | R\$ 2.985   |
|      |                |        |        |             |             |

**VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 2.985,00 (dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais).**

**II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Dotação Orçamentária:**

As despesas decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da Atividade: 04.123.0050. 2151 - GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA DO ESTADO, Elemento de Despesa nº 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO e 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, Fontes 500 e 704, para o exercício de 2025.

**III – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

Ordem de Fornecimento nº 2025.000125.22101.05

Av. João Batista Parra, nº 600, Enseada do Suá, Vitória/ES - CEP: 29050-375  
CNPJ: 27.080.571/0001-30 - Tel.: (27) 3347-5117 Fax: (27) 3347-5112



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DA FAZENDA

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; (e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

1. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do item III;
3. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b” a “h” do item III.

O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

Ordem de Fornecimento nº 2025.000125.22101.05

Av. João Batista Parra, nº 600, Enseada do Suá, Vitória/ES - CEP: 29050-375  
CNPJ: 27.080.571/0001-30 - Tel.: (27) 3347-5117 Fax: (27) 3347-5112



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DA FAZENDA

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- (i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- (j) as peculiaridades do caso concreto;
- (k) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- (l) os danos que dela provierem para o Contratante;
- (m) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

- Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;
- O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica

Ordem de Fornecimento nº 2025.000125.22101.05

Av. João Batista Parra, nº 600, Enseada do Suá, Vitória/ES - CEP: 29050-375  
CNPJ: 27.080.571/0001-30 - Tel.: (27) 3347-5117 Fax: (27) 3347-5112



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DA FAZENDA

sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção

## **II- DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na Ata de Registro de Preços em epígrafe.

**ALEX FAVALESSA DOS SANTOS**

Subsecretário de Estado Para Assuntos Administrativos

Recebi o original desta Ordem de Fornecimento, cientes das condições estabelecidas.

**BRUNO NUNES RABELO BIÉ**

51.156.550 BRUNO NUNES RABELO BIE

Ordem de Fornecimento nº 2025.000125.22101.05

Av. João Batista Parra, nº 600, Enseada do Suá, Vitória/ES - CEP: 29050-375  
CNPJ: 27.080.571/0001-30 - Tel.: (27) 3347-5117 Fax: (27) 3347-5112



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO ÚNICO – PROPOSTA COMERCIAL

BY - E  
licitações

BY-E LICITAÇÕES  
Rua Paraúna, 90, Serrano, Belo horizonte MG  
(31) 9 82080503  
Begcompany.lc@gmail.com

51.156.550 BRUNO NUNES RABELO BIE  
CNPJ 51.156.550/0001-35

**Objeto:** Aquisição de materiais de tecnologia;  
**Referência:** Pregão Eletrônico N° 90014/2025;

COMANDO DA 4 REGIAO MILITAR/DIV EX.

Senhor Pregoeiro,

Seguindo os ditames do Edital apresento a V.Sa. a nossa proposta de preços para o **ITEM 2 –FONE OUVIDO** da Pregão Eletrônico N° 90014/2025, conforme a seguir relacionado e discriminado.

| Item                        | Especificação da cotação | und | Preço Unitário<br>R\$ | Qtd | Preço Total<br>R\$ |
|-----------------------------|--------------------------|-----|-----------------------|-----|--------------------|
| 2                           | FONE OUVIDO              | 1   | R\$ 9,95              | 300 | R\$ 2.985,00       |
| TOTAL ESTIMADO R\$ 2.985,00 |                          |     |                       |     |                    |

**Declaramos que:**

1. O valor da proposta para os itens é **R\$ 2.985,00 (dois mil e novecentos e oitenta e cinco reais)**;
2. A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua entrega;
3. No preço acima ofertado, estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros etc.;
4. Caso seja vencedor, nos comprometemos a entregar os objetos desta licitação dentro do prazo estipulado em edital, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho;
5. Caso a marca/modelo do produto cotado na presente proposta seja descontinuado pelo fabricante, poderá ser proposto material de marca/modelo similar ou superior;
6. O pagamento poderá ser realizado por depósito, em parcela única, em até 30 dias após a entrega do material;
7. Não nos responsabilizamos por entregas em local de difícil acesso, subir escadas/elevadores/guinchos, ou desmontagens;
8. Após a Contratante receber e aceitar as condições ofertadas na presente proposta e seus anexos, não será aceito recusa posterior alegando que a marca/modelo não atende ao requisitado.

2025-24RCM6 - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 15/09/2025 09:35 PÁGINA 3 / 5

Ordem de Fornecimento nº 2025.000125.22101.05

Av. João Batista Parra, nº 600, Enseada do Suá, Vitória/ES - CEP: 29050-375  
CNPJ: 27.080.571/0001-30 - Tel.: (27) 3347-5117 Fax: (27) 3347-5112



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DA FAZENDA

**Dados da empresa:**

Empresa/Razão Social: B&G COMPANY/51.156.550 BRUNO NUNES RABELO BIE  
Endereço: Rua Paraúna, 90, Bairro Serrano, Belo horizonte/MG  
CEP: 30882-410  
Telefone: (31) 982080503  
CNPJ: 51.156.550/0001-35  
Titular: Bruno Nunes Rabelo Bié  
Banco: Banco do Brasil  
Agência: 2930-0  
Conta: 32627-5  
E-mail: [begcompany.lic@gmail.com](mailto:begcompany.lic@gmail.com)

**Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:**

Nome completo: Bruno Nunes Rabelo Bié  
Endereço: Rua Paraúna, 90, Serrano  
CEP: 30882-410 Cidade: Belo Horizonte  
CPF: 129.794.176-45  
RG: 20-824.772  
Cargo: Dono  
E-mail: [brunobie10@gmail.com](mailto:brunobie10@gmail.com)  
Telefone: (31) 982080503

Finalizando, agradecemos a confiança e nos colocamos ao dispor para esclarecer qualquer dúvida.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2025.

Documento assinado eletronicamente  
**BRUNO NUNES RABELO BIE**  
Data: 11/09/2025 13:46:48-0306  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

**BRUNO NUNES RABELO BIÉ**  
**DONO**

51.156.550 BRUNO NUNES RABELO BIE  
Horário funcionamento: Segunda a Sexta de 09:00 às 17:00  
31 982080503 / [begcompany.lic@gmail.com](mailto:begcompany.lic@gmail.com)

2025-24RCM6 - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 15/09/2025 09:35 PÁGINA 4 / 5

Ordem de Fornecimento nº 2025.000125.22101.05

Av. João Batista Parra, nº 600, Enseada do Suá, Vitória/ES - CEP: 29050-375  
CNPJ: 27.080.571/0001-30 - Tel.: (27) 3347-5117 Fax: (27) 3347-5112



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DA FAZENDA



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 15/09/2025 09:35:39 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por PRISCILA DOS SANTOS (CHEFE EQUIPE FAZENDARIA - GEAFI - SEFAZ - GOVES)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-24RCM6>

2025-24RCM6 - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 15/09/2025 09:35 PÁGINA 5 / 5

Ordem de Fornecimento nº 2025.000125.22101.05

Av. João Batista Parra, nº 600, Enseada do Suá, Vitória/ES - CEP: 29050-375  
CNPJ: 27.080.571/0001-30 - Tel.: (27) 3347-5117 Fax: (27) 3347-5112

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**ALEX FAVALESSA DOS SANTOS**  
SUBSECRETARIO ESTADO  
SUBSAD - SEFAZ - GOVES  
assinado em 30/12/2025 17:01:24 -03:00

**NOME NÃO VALIDADO**  
CIDADÃO  
assinado em 30/12/2025 16:57:20 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 30/12/2025 17:01:24 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por GILMARA GONZALEZ SIMÕES PASSOS (TÉCNICO DE INFORMÁTICA - SUGEC - SEFAZ - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-WWBFDL>